

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR CHEFE DA DÍVIDA ATIVA  
DA FAZENDA NACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO.

PROCESSO N.º 12221.002377/2012-20

**RÁPIDO GIRASSOL TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.103.828/0001-63, estabelecida no SGCV/SUL, Lote 04/04, Parte-Guará, Brasília/DF, vem, por intermédio de seu advogado, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal interpor

### RECURSO

contra a decisão de fl., que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

A ora Recorrente foi intimada da decisão, que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, na data de 14.11.2012, quarta-feira, iniciando-se o prazo recursal em 16.11.2012, sexta-feira, haja que o dia 15.11.2012, quinta-feira, foi feriado nacional da Proclamação da República.

Sendo de dez (10) dias o prazo para a interposição de recurso, conforme preceitua o artigo 59 da Lei 9.784/99, o prazo final para apresentação do inconformismo expirou no dia 25/11/2012, domingo, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente, ou seja, 26.11.2012, segunda-feira, com o que se comprova a tempestividade do presente recurso.

## 2. DA SÚMULA DA DEMANDA

A Fazenda Nacional, sem qualquer instauração de procedimento administrativo prévio, determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas da ora Recorrente.

Para embasar o cancelamento das Certidões foi utilizada decisão judicial proferida nos autos da Execução Fiscal n.º 2009.34.00.014588-3, ajuizada pela União em face da empresa Rápido Santo Antônio Ltda., em trâmite perante à 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, na qual foi desconsiderada a personalidade jurídica da executada e determinada a inclusão de seus sócios, de outras empresas e da Rápido Girassol Transportes Ltda. no pólo passivo da execução, por ter ficado caracterizado o grupo econômico.

Para tanto, foi asseverado, na decisão proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que a referida decisão judicial teria caráter declaratório e que inexistiria causa suspensiva da exigibilidade das CDAs, o que daria azo ao cancelamento das CNDs.

Contudo, conforme se passará a demonstrar abaixo, a decisão que determinou o cancelamento das CNDs da Recorrente, deverá ser reformada.

## 3. DAS RAZÕES QUE IMPÕEM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

A decisão, ora atacada, deverá ser reformada, uma vez que a Recorrente não pode ser prejudicada, com a inscrição de seu nome na dívida ativa, por débito contraído por uma terceira empresa, da qual sequer figura como sócia.

Importante salientar que, a decisão judicial, que determinou a inclusão da Recorrente no pólo passivo da Execução Fiscal, não transitou em julgado e, portanto, é passível de reforma e, conseqüentemente, ainda, não possui eficácia declaratória, a qual somente será alcançada quando encoberta pelo manto da coisa julgada. Assim, a decisão judicial é passível de alteração no seu conteúdo e forma.

Logo, não tendo a decisão judicial eficácia declaratória, fulminado está o fundamento da decisão, ora recorrida, para determinar o cancelamento das CNDs, devendo, portanto, ser reformada a decisão recorrida e restabelecidas as CNDs.

Ademais, o redirecionamento da execução fiscal, incluindo nas CDAs pessoas antes não existentes da Certidão de Dívida Ativa, por óbvio, e em observância aos princípios constitucionais que regem o processo administrativo, obriga à autoridade administrativa a instaurar procedimento administrativo prévio, no qual as partes incluídas na CDA poderão oferecer sua defesa.

Portanto, o cancelamento das Certidões Positiva com Efeitos Negativos só poderá ocorrer após o regular e devido processo legal, sob pena de afronta aos mais mezinhos direitos e garantias individuais da Recorrente.

Dessa forma, o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa não observou o devido processo legal, acarretando o cerceamento de defesa da Recorrente, a qual foi tolhida, administrativamente e judicialmente, de apresentar defesa e produzir prova quanto à ilegalidade de sua inclusão como corresponsável de débitos da empresa Rápido Santo Antônio Ltda.

Isso porque, a Recorrente não é sócia, nem participa como dirigente, administradora ou gerente da empresa executada, Rápido Santo Antonio Ltda, não podendo, portanto, ser responsabilizada por seus débitos, sob pena de afronta ao artigo 135 do Código Tributário Nacional.

Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

*in verbis:*

*"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ART. 50 DO CC/02. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. POSSIBILIDADE.*

*(...)*

*III – A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para, contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador.*

*IV – Considerando-se que a finalidade da disregard doctrine é combater a utilização indevida do ente societário por seus sócios, o que pode ocorrer também nos casos em que o sócio controlador esvazia o seu patrimônio pessoal e o integraliza na pessoa jurídica, conclui-se, de uma interpretação teleológica do art. 50 do CC/02, ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo sócio controlador, conquanto preenchidos os requisitos previstos na norma.*

*V – A desconsideração da personalidade jurídica configura-se como medida excepcional. Sua adoção somente é recomendada quando forem atendidos os pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito estabelecidos no art. 50 do CC/02. Somente se forem verificados os requisitos de sua incidência, poderá o juiz, no próprio processo de execução, "levantar o véu" da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens da empresa (...)" (REsp 948.117/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010) – grifou-se.*

Conforme se infere da decisão judicial, a qual foi utilizada pela Fazenda Nacional como fundamento para o cancelamento das certidões, a desconsideração da personalidade jurídica foi amparada na assertiva de que a Recorrente faria parte de um Grupo Econômico com a executada.

Contudo, não se vislumbra na hipótese a aventada existência de grupo econômico com abuso de personalidade jurídica, pois, como já esclarecido acima, cada uma das empresas tem os seus próprios sócios ostensivamente indicados em seus respectivos contratos sociais, sendo certo, ademais, que seus patrimônios estão individualmente identificados, não se podendo cogitar de confusão patrimonial e tampouco de unidade gerencial ou identidade societária.

De toda sorte, ainda que fosse verídica a alegação de existência de grupo econômico – o que se admite *ad argumentandum tantum* –, tal circunstância não seria suficiente para a pretensa desconsideração da pessoa jurídica da empresa executada e a inclusão, no pólo passivo da execução, das demais empresas e pessoas físicas relacionadas na petição da União, como é o caso da Recorrente, notadamente porque, não foi demonstrada pela União a participação de tais pessoas – em especial da Recorrente – na realização da situação fática configuradora do fato gerador dos tributos objetos da execução fiscal.

Ora, em se tratando de pessoas dotadas de personalidades jurídicas distintas, com patrimônios próprios, somente podem ser responsabilizadas por atos de outras, na forma do art. 124 do Código Tributário Nacional, nos casos em que houver prova de direta ligação com o fato gerador, o que não é o caso.

Com efeito, a jurisprudência pacífica do C. Superior Tribunal de Justiça afasta pretensões dessa natureza, por entender que a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o interesse comum dos envolvidos, sem que se comprove que ambas têm relação direta com o fato gerador.

Os seguintes julgados das 1ª e 2ª Turmas bem demonstram o entendimento:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. EXISTÊNCIA DE CONGLOMERADO FINANCEIRO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 124, I, DO CTN. NÃO-OCORRÊNCIA. SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1. A comprovação de que o BANCO e a ARRENDADORA MERCANTIL constituem partes de uma única organização econômica está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

2. "Na responsabilidade solidária de que cuida o art. 124, I, do CTN, não basta o fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, o

que por si só, não tem o condão de provocar a solidariedade no pagamento de tributo devido por uma das empresas' (HARADA, Kiyoshi. "Responsabilidade tributária solidária por interesse comum na situação que constitua o fato gerador").

3. Agravo regimental desprovido." (Ag.Rg. AI n.º 1.055.860/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, DE 26/3/09) – grifou-se.

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO - SOLIDARIEDADE PASSIVA - INEXISTÊNCIA - PRECEDENTES.

1. É tranqüilo nesta Corte o entendimento segundo o qual não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico.

2. Recurso especial não provido." (REsp. n.º 1.079.203/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, 2.ª Turma, DE 2/4/09) É relevante, ainda, a afirmação contida em outro julgado do STJ, quando acentua que a mera participação em resultados entre empresas que compõem um grupo econômico não gera a solidariedade: "Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico." (REsp 834044/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, de 15/12/2008) – grifou-se.

Como se vê, a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o interesse comum dos envolvidos a ponto de estender a responsabilidade tributária de uma para outra.

A inscrição da Recorrente na Dívida Ativa violou as garantias individuais, quais sejam: da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, devendo, portanto ser reformada a decisão ora atacada.


Por derradeiro, importante salientar que o ilegal e arbitrário ato administrativo que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos Negativos da Recorrente causa e causou danos irreparáveis que poderão inclusive acarretar a bancarrota da Recorrente.

Consoante exhaustivamente demonstrado pelos fatos acima narrados e pelo direito aplicável à espécie, o ato praticado pela autoridade administrativa demonstra-se ilegal e merece, portanto, ser desconstituído.

### 3. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente que seja conhecido e provido o presente recurso, reformando-se a decisão atacada para que sejam restabelecidas as Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativas.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2012.

  
**Luciane Almeida Nunes**  
**OAB/DF nº 17.840**

SEDF 213VAGA FLS: 0000517

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR CHEFE DA DÍVIDA ATIVA  
DA FAZENDA NACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO.

PROCESSO N.º 12221.002375/2012-31

RÁPIDO VENEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.405.194/0001-29, estabelecida no SGCV/SUL, Lote 03, Brasília/DF, vem, por intermédio de seu advogado, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal interpor

### RECURSO

contra a decisão de fl., que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE

A ora Recorrente foi intimada da decisão, que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, na data de 14.11.2012, quarta-feira, iniciando-se o prazo recursal em 16.11.2012, sexta-feira, haja que o dia 15.11.2012, quinta-feira, foi feriado nacional da Proclamação da Republica.

Sendo de dez (10) dias o prazo para a interposição de recurso, conforme preceitua o artigo 59 da Lei 9.784/99, o prazo final para apresentação do

(2)



inconformismo expirou no dia 25/11/2012, domingo, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente, ou seja, 26/11/2012, segunda-feira, com o que se comprova a tempestividade do presente recurso.

## 2. DA SÚMULA DA DEMANDA

A Fazenda Nacional, sem qualquer instauração de procedimento administrativo prévio, determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas da ora Recorrente.

Para embasar o cancelamento das Certidões foi utilizada decisão judicial proferida nos autos da Execução Fiscal n.º 2009.34.00.014588-3, ajuizada pela União em face da empresa Rápido Santo Antônio Ltda., em trâmite perante à 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, na qual foi desconsiderada a personalidade jurídica da executada e determinada a inclusão de seus sócios, de outras empresas e da empresa Rápido Veneza Ltda no pólo passivo da execução, por ter ficado caracterizado o grupo econômico.

Para tanto, foi asseverado, na decisão proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que a referida decisão judicial teria caráter declaratório e que inexistiria causa suspensiva da exigibilidade das CDAs, o que daria azo ao cancelamento das CNDs.

Contudo, conforme se passará a demonstrar abaixo, a decisão que determinou o cancelamento das CNDs da Recorrente, deverá ser reformada.

### 3. DAS RAZÕES QUE IMPÕEM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

A decisão, ora atacada, deverá ser reformada, uma vez que a Recorrente não pode ser prejudicada, com a inscrição de seu nome na dívida ativa, por débito contraído por uma terceira empresa, da qual sequer figura como sócia.

Importante salientar que, a decisão judicial, que determinou a inclusão da Recorrente no pólo passivo da Execução Fiscal, não transitou em julgado e, portanto, é passível de reforma e, conseqüentemente, ainda, não possui eficácia declaratória, a qual somente será alcançada quando encoberta pelo manto da coisa julgada. Assim, a decisão judicial é passível de alteração no seu conteúdo e forma.

Logo, não tendo a decisão judicial eficácia declaratória, fulminado está o fundamento da decisão, ora recorrida, para determinar o cancelamento das CNDs, devendo, portanto, ser reformada a decisão recorrida e restabelecidas as CNDs.

Ademais, o redirecionamento da execução fiscal, incluindo nas CDAs pessoas antes não existentes da Certidão de Dívida Ativa, por óbvio, e em observância aos princípios constitucionais que regem o processo administrativo, obriga à autoridade administrativa a instaurar procedimento administrativo, no qual as partes incluídas na CDA poderão oferecer sua defesa.

Portanto, o cancelamento das Certidões Positiva com Efeitos Negativos só poderá ocorrer após o regular e devido processo legal, sob pena de afronta aos mais mezinhos direitos e garantias individuais da Recorrente.

Dessa forma, o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa não observou o devido processo legal, acarretando o cerceamento de defesa da Recorrente, a qual foi tolhida, administrativamente e judicialmente, de apresentar defesa e produzir prova quanto à ilegalidade de sua inclusão como corresponsável de débitos da empresa Rápido Santo Antônio Ltda.

Isso porque, a Recorrente não é sócia, nem participa como dirigente, administradora ou gerente da empresa executada, Rápido Santo Antonio Ltda, não podendo, portanto, ser responsabilizada por seus débitos, sob pena de afronta ao artigo 135 do Código Tributário Nacional.

Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

(..)

IV – Considerando-se que a finalidade da disregard doctrine é combater a utilização indevida do ente societário por seus sócios, o que pode ocorrer também nos casos em que o sócio controlador esvazia o seu patrimônio pessoal e o integraliza na pessoa jurídica, conclui-se, de uma interpretação teleológica do art. 50 do CC/02, ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo sócio controlador, conquanto preenchidos os requisitos previstos na norma.

V - A desconsideração da personalidade jurídica configura-se como medida excepcional. Sua adoção somente é recomendada quando forem atendidos os pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito estabelecidos no art. 50 do CC/02. Somente se forem verificados os requisitos de sua incidência, poderá o juiz, no próprio processo de execução, "levantar o véu" da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens da empresa.(...)" (REsp 948.117/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010) - grifou-se.

Conforme se infere da decisão judicial, a qual foi utilizada pela Fazenda Nacional como fundamento para o cancelamento das certidões, a desconconsideração da personalidade jurídica foi amparada na assertiva de que a Recorrente faria parte de um Grupo Econômico com a executada.

Contudo, não se vislumbra na hipótese a aventada existência de grupo econômico com abuso de personalidade jurídica, pois, como já esclarecido acima, cada uma das empresas tem os seus próprios sócios ostensivamente indicados em seus respectivos contratos sociais, sendo certo, ademais, que seus patrimônios estão individualmente identificados, não se podendo cogitar de confusão patrimonial e tampouco de unidade gerencial ou identidade societária.

De toda sorte, ainda que fosse verídica a alegação de existência de grupo econômico – o que se admite *ad argumentandum tantum* –, tal circunstância não seria suficiente para a pretensa desconsideração da pessoa jurídica da empresa executada e a inclusão, no pólo passivo da execução, das demais empresas e pessoas físicas relacionadas na petição da União, como é o caso da Recorrente, notadamente porque, não foi demonstrada pela União a participação de tais pessoas – em especial da Recorrente – na realização da situação fática configuradora do fato gerador dos tributos objetos da execução fiscal.

Ora, em se tratando de pessoas dotadas de personalidades jurídicas distintas, com patrimônios próprios, somente podem ser responsabilizadas por atos de outras, na forma do art. 124 do Código Tributário Nacional, nos casos em que houver prova de direta ligação com o fato gerador, o que não é o caso.

Com efeito, a jurisprudência pacífica do C. Superior Tribunal de Justiça afasta pretensões dessa natureza, por entender que a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o interesse comum dos envolvidos, sem que se comprove que ambas têm relação direta com o fato gerador.

Os seguintes julgados das 1ª e 2ª Turmas bem demonstram o entendimento:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. EXISTÊNCIA DE CONGLOMERADO FINANCEIRO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 124, I, DO CTN. NÃO-OCORRÊNCIA. SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1. A comprovação de que o BANCO e a ARRENDADORA MERCANTIL constituem partes de uma única organização econômica está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

2. "Na responsabilidade solidária de que cuida o art. 124, I, do CTN, não basta o fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, o

que por si só, não tem o condão de provocar a solidariedade no pagamento de tributo devido por uma das empresas' (HARADA, Kiyoshi. "Responsabilidade tributária solidária por interesse comum na situação que constitua o fato gerador").

3. Agravo regimental desprovido." (Ag.Rg. AI n.º 1.055.860/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, DE 26/3/09) – grifou-se.

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO - SOLIDARIEDADE PASSIVA - INEXISTÊNCIA - PRECEDENTES.

1. É tranqüilo nesta Corte o entendimento segundo o qual não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico.

2. Recurso especial não provido." (REsp. n.º 1.079.203/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, 2.ª Turma, DE 2/4/09) É relevante, ainda, a afirmação contida em outro julgado do STJ, quando acentua que a mera participação em resultados entre empresas que compõem um grupo econômico não gera a solidariedade: "Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico." (REsp 834044/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, de 15/12/2008) – grifou-se.

Como se vê, a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o interesse comum dos envolvidos a ponto de estender a responsabilidade tributária de uma para outra.

A inscrição da Recorrente na Dívida Ativa violou as garantias individuais, quais sejam: da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, devendo, portanto ser reformada a decisão ora atacada.

Por derradeiro, importante salientar que o ilegal e arbitrário ato administrativo que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos Negativos da Recorrente causa e causou danos irreparáveis que poderão inclusive acarretar a bancarrota da Recorrente.

Isso porque, a empresa Recorrente está participando de licitação, em consórcio com outras empresas, no certame licitatório Concorrência 01/2011-ST, tendo sido inabilitada do certame pelo ato ilegal da Fazenda Nacional

que determinou o cancelamento da Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa, expedida eletronicamente no sítio da Receita Federal em 12/09/2012, a qual foi apresentada na licitação, e cancelada nos autos do presente processo administrativo.


Portanto, acaso não seja reformada a decisão atacada a Recorrente será excluída do certame e impedida de exercer o seu direito constitucional da livre iniciativa, insculpido no artigo 170 da Constituição Federal.

Consoante exaustivamente demonstrado pelos fatos acima narrados e pelo direito aplicável à espécie, o ato praticado pela autoridade administrativa demonstra-se ilegal e merece, portanto, ser desconstituído.

### 3. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente que seja conhecido e provido o presente recurso, reformando-se a decisão atacada para que sejam restabelecidas as Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativas.

Brasília, 26 de novembro de 2012.

  
Luciane Almeida Nunes  
OAB/DF nº 17.840

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR CHEFE DA DÍVIDA ATIVA  
DA FAZENDA NACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO.

PROCESSO N.º 12221.002378/2012 - 74

ANA AMÂNCIA DO AMARAL, brasileira, casada, inscrita  
no CPF sob o n.º 009.837.661-69, residente e domiciliada no SHIS/SUL QL 1/7,  
Conjunto 01, Casa 19, Lago Sul, Brasília/DF, vem, por intermédio de seu advogado,  
respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LV da  
Constituição Federal interpor

**RECURSO**

contra a decisão de fl., que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com  
Efeitos de Negativas, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1 12

## 1. DA TEMPESTIVIDADE

A ora Recorrente foi intimada da decisão, que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, na data de 13.11.2012, terça-feira.

Sendo de dez (10) dias o prazo para a interposição de recurso, conforme preceitua o artigo 59 da Lei 9.784/99, o prazo final para apresentação do inconformismo expira em 23/11/2012, sexta-feira, com o que se comprova a tempestividade do presente recurso.

## 2. DA SÚMULA DA DEMANDA

A Fazenda Nacional, sem qualquer instauração de procedimento administrativo prévio, determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas da ora Recorrente e da empresa da qual é sócia.

Para embasar o cancelamento das Certidões foi utilizada decisão judicial proferida nos autos da Execução Fiscal n.º 2009.34.00.014588-3, ajuizada pela União em face da empresa Rápido Santo Antônio Ltda., em trâmite perante à 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, na qual foi desconsiderada a personalidade jurídica da empresa Rápido Santo Antônio Ltda. e, determinada a inclusão de seus sócios e de outras empresas, dentre elas a Rápido Veneza Ltda. e a Sra. Ana Amância do Amaral no pólo passivo da execução, por ter ficado caracterizado o grupo econômico.

Para tanto, foi asseverado, na decisão proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que a referida decisão judicial teria caráter declaratório e que inexistiria causa suspensiva da exigibilidade das CDAs, o que daria azo ao cancelamento das CNDs.



Contudo, conforme se passará a demonstrar abaixo, a decisão que determinou o cancelamento das CNDs da Recorrente, deverá ser reformada.

### 3. DAS RAZÕES QUE IMPÕEM A REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

A decisão, ora atacada, deverá ser reformada, uma vez que a pessoa física, Sra. Ana Amância do Amaral e a própria empresa da qual é sócia – RÁPIDO VENEZA LTDA – não podem ser prejudicadas, com a inscrição de seus nomes na dívida ativa, por débito contraído por uma terceira empresa, da qual sequer figuram como sócias.

Importante salientar que, a decisão judicial, que determinou a inclusão da Recorrente e da empresa Rápido Veneza Ltda no pólo passivo da Execução Fiscal, movida contra a empresa Rápido Santo Antônio, não transitou em julgado e, portanto, é passível de reforma e, conseqüentemente, ainda, não possui eficácia declaratória, a qual somente será alcançada quando encoberta pelo manto da coisa julgada. Assim, a decisão judicial é passível de alteração no seu conteúdo e forma.

Logo, não tendo a decisão judicial eficácia declaratória, fulminado está o fundamento da decisão, ora recorrida, para determinar o cancelamento das CNDs, devendo, portanto, ser reformada a decisão recorrida e restabelecidas as CNDs.

Ademais, o redirecionamento da execução fiscal, incluindo nas CDAs pessoas antes não existentes da Certidão de Dívida Ativa, por óbvio, e em observância aos princípios constitucionais que regem o processo administrativo, obrigam a autoridade administrativa a instaurar procedimento administrativo, no qual as partes incluídas na CDA poderão oferecer sua defesa.

Portanto, o cancelamento das Certidões Positiva com Efeitos Negativos só poderá ocorrer após o regular e devido processo legal, sob pena de afronta aos mais mezinhos direitos e garantias individuais da Recorrente.

Portanto, o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa não observou o devido processo legal, acarretando o cerceamento de defesa da Recorrente, a qual foi tolhida, administrativamente e judicialmente, de apresentar defesa e produzir prova quanto à ilegalidade de sua inclusão como corresponsável de débitos da empresa Rápido Santo Antônio Ltda.

Isso porque, a Recorrente não é sócia e nem participa como dirigente, administradora ou gerente da empresa executada, Rápido Santo Antonio Ltda, não podendo, portanto, ser responsabilizada por seus débitos, sob pena de afronta ao artigo 135 do Código Tributário Nacional.

Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ART. 50 DO CC/02. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. POSSIBILIDADE.

(...)

III – A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para, contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador.

IV – Considerando-se que a finalidade da disregard doctrine é combater a utilização indevida do ente societário por seus sócios, o que pode ocorrer também nos casos em que o sócio controlador esvazia o seu patrimônio pessoal e o integraliza na pessoa jurídica, conclui-se, de uma interpretação teleológica do art. 50 do CC/02, ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo sócio controlador, conquanto preenchidos os requisitos previstos na norma.

V – A desconsideração da personalidade jurídica configura-se como medida excepcional. Sua adoção somente é recomendada quando forem atendidos os pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito estabelecidos no art. 50 do CC/02. Somente se forem verificados os requisitos de sua incidência, poderá o juiz, no próprio processo de execução, "levantar o véu" da personalidade jurídica para que

o ato de expropriação atinja os bens da empresa.(...)” (REsp 948.117/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010) – grifou-se.

Conforme se infere da decisão judicial, a qual foi utilizada pela Fazenda Nacional como fundamento para o cancelamento das certidões, a desconconsideração da personalidade jurídica foi amparada na assertiva de que a Recorrente e sua empresa fariam parte de um Grupo Econômico com a executada.

Contudo, não se vislumbra na hipótese a aventada existência de grupo econômico com abuso de personalidade jurídica, pois, como já esclarecido acima, cada uma das empresas tem os seus próprios sócios ostensivamente indicados em seus respectivos contratos sociais, sendo certo, ademais, que seus patrimônios estão individualmente identificados, não se podendo cogitar de confusão patrimonial e tampouco de unidade gerencial ou identidade societária.

De toda sorte, ainda que fosse verídica a alegação de existência de grupo econômico – o que se admite *ad argumentandum tantum* –, tal circunstância não seria suficiente para a pretensa desconconsideração da pessoa jurídica da empresa executada e a inclusão, no pólo passivo da execução, das demais empresas e pessoas físicas relacionadas na petição da União, como é o caso da Recorrente, notadamente porque, não foi demonstrada pela União a participação de tais pessoas – em especial da Recorrente – na realização da situação fática configuradora do fato gerador dos tributos objetos da execução fiscal.

Ora, em se tratando de pessoas dotadas de personalidades jurídicas distintas, com patrimônios próprios, somente podem ser responsabilizadas por atos de outras, na forma do art. 124 do Código Tributário Nacional, nos casos em que houver prova de direta ligação com o fato gerador, o que não é o caso.

Com efeito, a jurisprudência pacífica do C. Superior Tribunal de Justiça afasta pretensões dessa natureza, por entender que a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o

interesse comum dos envolvidos, sem que se comprove que ambas têm relação direta com o fato gerador.

Os seguintes julgados das 1ª e 2ª Turmas bem demonstram o entendimento:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. EXISTÊNCIA DE CONGLOMERADO FINANCEIRO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 124, I, DO CTN. NÃO-OCORRÊNCIA. SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1. A comprovação de que o BANCO e a ARRENDADORA MERCANTIL constituem partes de uma única organização econômica está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

2. "Na responsabilidade solidária de que cuida o art. 124, I, do CTN, não basta o fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, o que por si só, não tem o condão de provocar a solidariedade no pagamento de tributo devido por uma das empresas" (HARADA, Kiyoshi. "Responsabilidade tributária solidária por interesse comum na situação que constitua o fato gerador").

3. Agravo regimental desprovido." (Ag.Rg. AI n.º 1.055.860/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, DE 26/3/09) – grifou-se.

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO - SOLIDARIEDADE PASSIVA - INEXISTÊNCIA - PRECEDENTES.

1. É tranqüilo nesta Corte o entendimento segundo o qual não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico.

2. Recurso especial não provido." (REsp. n.º 1.079.203/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, 2.ª Turma, DE 2/4/09) É relevante, ainda, a afirmação contida em outro julgado do STJ, quando acentua que a mera participação em resultados entre empresas que compõem um grupo econômico não gera a solidariedade: "Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico." (REsp 834044/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1.ª Turma, de 15/12/2008) – grifou-se.

Como se vê, a mera existência de relação de natureza societária entre empresas não tem o condão de caracterizar o interesse comum dos envolvidos a ponto de estender a responsabilidade tributária de uma para outra.

Por fim, é de se pontuar que a pessoa física não se confunde com a pessoa jurídica.

E, portanto, a inclusão da empresa, da qual é sócia (Rápido Veneza), no pólo passivo de execução fiscal, por força de redirecionamento, não tem o condão de incluir, também, a pessoa física. Logo, o redirecionamento que atinge a empresa não atinge a pessoa física da sócia, afigurando-se, portanto, ilegal e arbitrário o cancelamento das suas Certidões Positivas com Efeitos Negativos, pela autoridade administrativa.

A inscrição da Recorrente na Dívida Ativa violou as garantias individuais, quais sejam: da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, devendo, portanto ser reformada a decisão ora atacada.

Por derradeiro, importante salientar que o ilegal e arbitrário ato administrativo que determinou o cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos Negativos da Recorrente causa e causou danos irreparáveis que poderão inclusive acarretar a bancarrota da Recorrente e de sua empresa Rápido Veneza Ltda.

Isso porque, a empresa da qual a Recorrente é sócia e, que também foi atingida pela decisão de redirecionamento da execução fiscal, e a própria Recorrente **estão participando de licitação, em consórcio com outras empresas, no certame licitatório Concorrência 01/2011-ST**, tendo sido inabilitadas do certame pelo ato ilegal da Fazenda Nacional que determinou o cancelamento da Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa, expedida eletronicamente no sítio da Receita Federal em 12/09/2012, a qual foi apresentada na licitação, e cancelada nos autos do presente processo administrativo.


Portanto, acaso não seja reformada a decisão atacada a Recorrente e a empresa, da qual é sócia, serão excluídas do certame e impedidas de exercer o seu direito constitucional da livre iniciativa, insculpido no artigo 170 da Constituição Federal.

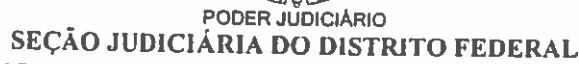
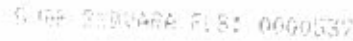
Consoante exhaustivamente demonstrado pelos fatos acima narrados e pelo direito aplicável à espécie, o ato praticado pela autoridade administrativa demonstra-se ilegal e merece, portanto, ser desconstituído.

### 3. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente que conhecido e provido o presente recurso, reformando-se a decisão atacada para que sejam restabelecidas as Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativas.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.

  
**Luciane Almeida Nunes**  
**OAB/DF nº 17.840**



Número do processo:	2009.34.00.014588-3 ( 14502-46.2009.4.01.3400 )
Classe:	3100 - EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
Valor da causa:	650.767,32
Objeto:	COFINS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRIO - DIREITO TRIBUTÁRIO
Objeto auxiliar 1:	PIS/PASEP - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRATIVO
Data do protocolo:	28/04/2009 10:15:00
Distribuição:	Distribuição Automática - 29/04/2009 11:14:25
Juiz:	DR. ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS - 18ª VARA FEDERAL
Autor:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Réu:	RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA
Representante (Autor):	PROCURADOR - ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO (e outros)
Representante (Réu):	ADVOGADO - AIDA DUTRA DANTAS FERREIRA

Por meio da petição de pp. 44-5, a executada ofertou à penhora títulos de obrigações da Eletrobrás, em garantia da execução.

A exequente recusou o bem ofertado, alegando a inobservância da ordem legal prevista no artigo 11 da Lei nº 6.830/80, bem como a prescrição dos títulos em questão, nos termos da manifestação de pp. 112-27. Pugnou, em sequência, pela desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresarial executada para incluir, no polo passivo do presente feito, as pessoas físicas e jurídicas elencadas às pp. 124-5, "em face da confusão patrimonial caracterizadora do grupo econômico" (p. 125), bem como pela penhora de parte do faturamento, a





PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Note-se que o título é considerado de fácil liquidez se puder ser negociado em bolsa de valores. Aliás, não tendo cotação em bolsa, os títulos da dívida pública não se enquadram na previsão contida no inciso II do mencionado artigo 11. Embora sendo ônus da executada, não logrou demonstrar, *in casu*, a cotação em bolsa dos títulos que indicou à penhora.

Destarte, não pode a executada pretender que se obrigue a exequente a aceitar títulos imprestáveis à garantia da execução — seja em nomeação atempada de bens, seja em substituição de bem penhorado.

A propósito, pacífica é a jurisprudência nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA SEM COTAÇÃO EM BOLSA. RECUSA. LEGALIDADE. MOVIMENTO MENSAL DA EMPRESA EXECUTADA. OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. LEI 6.830/80, ART. 11. CPC, ARTS. 678, § ÚNICO, 719, 720 E 728 DO CPC. PRECEDENTES.

- O STJ pacificou entendimento no sentido de que é lícita a recusa da nomeação à penhora de título da dívida pública de difícil e duvidosa liquidação e que não tenha cotação em bolsa de valores.

(...)

- Recurso conhecido e provido, apenas, para determinar o cumprimento das formalidades exigidas pelo CPC.<sup>2</sup>

2. A despersonalização da pessoa jurídica, conhecida no direito anglo-saxão como *disregard of legal entity doctrine*, foi incorporada no

<sup>2</sup> REsp nº 259409/SP; rel. Min. Peçanha Martins; STJ; DJU de 18/11/2002, p. 171.





5100 21200000 21 01 00000000

PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

do patrimônio para garantir dívidas de outras empresas; que quatro empresas possuem o mesmo endereço; que algumas utilizam o mesmo ponto de venda de vales-transportes; bem assim, utilizam os ônibus umas das outras no exercício da atividade-fim para a qual foram constituídas.

Tal confusão se estende, inclusive, ao patrimônio pessoal dos sócios das empresas que compõem o grupo econômico em questão que, juntos, gerenciam diversas empresas, conforme prova trazida aos autos pela parte exequente.

*In casu*, verifica-se tratar-se, na realidade, não só de um conglomerado com imbricação econômica, mas, também, jurídica, em razão da unidade gerencial, laboral e patrimonial, sendo que as divisões societárias entre as diversas pessoas jurídicas aqui delineadas possuem natureza meramente formal, evidenciada na confusão patrimonial havida entre os sócios e a empresa executada e entre esta e as demais empresas conglomeradas.

Com efeito, a responsabilidade que deriva dos entes que compõem o grupo econômico é solidária, nos termos do art. 904 do Código Civil, sendo perfeitamente cabível impor a responsabilidade plena pela dívida ora exequenda às distintas empresas componentes do mesmo grupo econômico e seus respectivos sócios.

São situações como a presente que justificam a desconsideração da personalidade jurídica, como forma de evitar os malefícios decorrentes do **abuso do direito** de se valer da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, disso fazendo



S-DF 2130424 FLS: 0000540

PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

patrimonial, é legítima a desconsideração da personalidade jurídica da falida para que os efeitos do decreto falencial alcancem as demais sociedades do grupo. Impedir a desconsideração da personalidade jurídica nesta hipótese implicaria prestigiar a fraude à lei ou contra credores. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de sua incidência, poderá o Juiz, incidentalmente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja terceiros envolvidos, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros" (RMS nº 12872/SP, Relª Minª Nancy Andrigli, 3ª Turma, DJ de 16/12/2002).

5. Recurso não-provido.<sup>4</sup>

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 2º DA CLT. SÚMULA 07/STJ. **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SOCIEDADE PERTENCENTE AO MESMO GRUPO DA EXECUTADA. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

1. Não se conhece de recurso especial, por pretensa ofensa ao art. 535 do CPC, quando a alegação é genérica, incidindo, no particular, a Súmula 284/STF.

2. Quanto ao art. 2º da CLT, a insurgência esbarra no óbice contido na Súmula n. 07/STJ, porquanto, à luz dos documentos carreados aos autos, que apontaram as relações comerciais efetuadas pela executada e pela recorrente, o Tribunal a quo chegou à conclusão de que se tratava do mesmo grupo de empresas.

3. A indigitada ofensa ao art. 265 do Código Civil não pode ser conhecida, uma vez que tal dispositivo, a despeito de terem sido opostos embargos declaratórios, não foi objeto de prequestionamento nas instâncias de origem, circunstância que faz incidir a Súmula n. 211/STJ.

4. Quanto à tese de inexistência de abuso de personalidade e confusão patrimonial, a pretensão esbarra, uma vez mais, no enunciado sumular n. 07 desta Corte. À luz das provas produzidas e exaustivamente apreciadas na instância a quo, chegou o acórdão recorrido à conclusão de que houve confusão patrimonial.

5. Esta Corte se manifestou em diversas ocasiões no sentido de ser possível atingir, com a desconsideração da personalidade jurídica, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, quando evidente que a estrutura deste é meramente formal.

<sup>4</sup> REsp 767.021/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 250



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Assim, tendo em vista que a receita obtida com a renda da empresa destina-se à satisfação de várias necessidades, inclusive algumas básicas, como o pagamento de tributos e salários, e sendo certo que a execução deve ser garantida com a finalidade de dar eficácia à prestação jurisdicional, nada obsta que a penhora possa ser efetuada em parte dessa renda, de modo a garantir a própria continuidade da empresa.

Nesse sentido, anote-se:

PROCESSO CIVIL – EXECUÇÃO – PENHORA SOBRE RENDA PARCIAL DA EMPRESA, POSSIBILIDADE, CPC, ART. 655, I.

I. É possível a penhora sobre o faturamento diário da empresa, com a finalidade de dar eficácia à prestação jurisdicional frustrada pelo oferecimento de bens insuficientes à garantia do Juízo, consubstanciados por latas de tinta com prazo de validade expirado, constrição que, todavia, deve ser procedida com as cautelas necessárias a assegurar a continuidade das atividades sociais, tais como a nomeação de administrador, apresentação de esquema de pagamento e, na hipótese, fixação de percentual de subtração suportável.

II. Recurso especial conhecido e provido em parte.<sup>7</sup>

Outrossim, a própria lei de execução fiscal garante que o juiz autorize a substituição do bem constrito, desde que para fins de depósito em dinheiro (artigo 15, inciso I, da Lei 6.830/80). Logo, a penhora sobre parte de renda mensal da empresa atinge esse desiderato, não se podendo olvidar, ainda, o que preceitua o Código de Processo Civil:

**Art. 591.** O devedor responde, para cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.

<sup>7</sup> STJ, REsp nº 172197/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 4ª Turma, DJ de 17-08-2000.



S DE 215VABA FLS: 0000542

**PODER JUDICIÁRIO**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

**DFTRANS, providenciarem o depósito do percentual penhorado em conta corrente  
à disposição deste Juízo, até integral garantia da dívida em execução.**

Intimem-se.

**ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS**  
Juiz Federal da 18ª Vara

11

Documento assinado digitalmente conforme MP 2.200-2/2001, Lei 11.419/2006, Resolução 397/2004/CJF e IN-13-04 /TRF-1ª Região  
JUIZ FEDERAL ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS em 24/9/2012

-11/11-

Para verificar este documento acessar [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade) e informar o código PJD5709293

2009.34.00.014588-3



PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO GABT 595/2012

Número do processo: 2009.34.00.014588-3 ( 14502-46.2009.4.01.3400 )  
 Classe: 3100 - EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL  
 Valor da causa: 650.767,32  
 Objeto: COFINS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - TRIBUTÁRIO - DIREITO TRIBUTÁRIO  
 Objeto auxiliar 1: PIS/PASEP - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRATIVO  
 Data do protocolo: 28/04/2009 10:15:00  
 Distribuição: Distribuição Automática - 29/04/2009 11:14:25  
 Juiz: DR. ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS - 18ª VARA FEDERAL  
 Autor: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
 Réu: RAPIDO SANTO ANTONIO LTDA  
 Representante (Autor): PROCURADOR - ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO (e outros)  
 Representante (Réu): ADVOGADO - AIDA DUTRA DANTAS FERREIRA

DECISÃO

Por meio da petição de pp. 44-5, a executada ofertou à penhora títulos de obrigações da Eletrobrás, em garantia da execução.

A exequente recusou o bem ofertado, alegando a inobservância da ordem legal prevista no artigo 11 da Lei nº 6.830/80, bem como a prescrição dos títulos em questão, nos termos da manifestação de pp. 112-27. Pugnou, em sequência, pela desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresarial executada para incluir, no polo passivo do presente feito, as pessoas físicas e jurídicas elencadas às pp. 124-5, "em face da confusão patrimonial caracterizadora do grupo econômico" (p. 125), bem como pela penhora de parte do faturamento, a



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Note-se que o título é considerado de fácil liquidez se puder ser negociado em bolsa de valores. Aliás, não tendo cotação em bolsa, os títulos da dívida pública não se enquadram na previsão contida no inciso II do mencionado artigo 11. Embora sendo ônus da executada, não logrou demonstrar, *in casu*, a cotação em bolsa dos títulos que indicou à penhora.

Destarte, não pode a executada pretender que se obrigue a exequente a aceitar títulos imprestáveis à garantia da execução — seja em nomeação atempada de bens, seja em substituição de bem penhorado.

A propósito, pacífica é a jurisprudência nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA SEM COTAÇÃO EM BOLSA. RECUSA. LEGALIDADE. MOVIMENTO MENSAL DA EMPRESA EXECUTADA. OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. LEI 6.830/80, ART. 11. CPC, ARTS. 678, § ÚNICO, 719, 720 E 728 DO CPC. PRECEDENTES.

- O STJ pacificou entendimento no sentido de que é lícita a recusa da nomeação à penhora de título da dívida pública de difícil e duvidosa liquidação e que não tenha cotação em bolsa de valores.

(...)

- Recurso conhecido e provido, apenas, para determinar o cumprimento das formalidades exigidas pelo CPC.<sup>2</sup>

2. A despersonalização da pessoa jurídica, conhecida no direito anglo-saxão como *disregard of legal entity doctrine*, foi incorporada no

<sup>2</sup> REsp nº 259409/SP; rel. Min. Peçanha Martins; STJ, DJU de 18/11/2002, p. 171.



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

do patrimônio para garantir dívidas de outras empresas; que quatro empresas possuem o mesmo endereço; que algumas utilizam o mesmo ponto de venda de vales-transportes; bem assim, utilizam os ônibus umas das outras no exercício da atividade-fim para a qual foram constituídas.

Tal confusão se estende, inclusive, ao patrimônio pessoal dos sócios das empresas que compõem o grupo econômico em questão que, juntos, gerenciam diversas empresas, conforme prova trazida aos autos pela parte exequente.

*In casu*, verifica-se tratar-se, na realidade, não só de um conglomerado com imbricação econômica, mas, também, jurídica, em razão da unidade gerencial, laboral e patrimonial, sendo que as divisões societárias entre as diversas pessoas jurídicas aqui delineadas possuem natureza meramente formal, evidenciada na confusão patrimonial havida entre os sócios e a empresa executada e entre esta e as demais empresas conglomeradas.

Com efeito, a responsabilidade que deriva dos entes que compõem o grupo econômico é solidária, nos termos do art. 904 do Código Civil, sendo perfeitamente cabível impor a responsabilidade plena pela dívida ora exequenda às distintas empresas componentes do mesmo grupo econômico e seus respectivos sócios.

São situações como a presente que justificam a desconsideração da personalidade jurídica, como forma de evitar os malefícios decorrentes do **abuso do direito** de se valer da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, disso fazendo



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

patrimonial, é legítima a desconsideração da personalidade jurídica da falida para que os efeitos do decreto falencial alcancem as demais sociedades do grupo. Impedir a desconsideração da personalidade jurídica nesta hipótese implicaria prestigiar a fraude à lei ou contra credores. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de sua incidência, poderá o Juiz, incidentemente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja terceiros envolvidos, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros" (RMS nº 12872/SP, Relª Minª Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJ de 16/12/2002).

5. Recurso não-provido.<sup>4</sup>

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 2º DA CLT. SÚMULA 07/STJ. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SOCIEDADE PERTENCENTE AO MESMO GRUPO DA EXECUTADA. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

1. Não se conhece de recurso especial, por pretensa ofensa ao art. 535 do CPC, quando a alegação é genérica, incidindo, no particular, a Súmula 284/STF.

2. Quanto ao art. 2º da CLT, a insurgência esbarra no óbice contido na Súmula n. 07/STJ, porquanto, à luz dos documentos carreados aos autos, que apontaram as relações comerciais efetuadas pela executada e pela recorrente, o Tribunal a quo chegou à conclusão de que se tratava do mesmo grupo de empresas.

3. A indigitada ofensa ao art. 265 do Código Civil não pode ser conhecida, uma vez que tal dispositivo, a despeito de terem sido opostos embargos declaratórios, não foi objeto de prequestionamento nas instâncias de origem, circunstância que faz incidir a Súmula n. 211/STJ.

4. Quanto à tese de inexistência de abuso de personalidade e confusão patrimonial, a pretensão esbarra, uma vez mais, no enunciado sumular n. 07 desta Corte. À luz das provas produzidas e exaustivamente apreciadas na instância a quo, chegou o acórdão recorrido à conclusão de que houve confusão patrimonial.

5. Esta Corte se manifestou em diversas ocasiões no sentido de ser possível atingir, com a desconsideração da personalidade jurídica, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, quando evidente que a estrutura deste é meramente formal.

<sup>4</sup> REsp 767 021/RJ. Rel. Ministro JOSE DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 258.





**PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Assim, tendo em vista que a receita obtida com a renda da empresa destina-se à satisfação de várias necessidades, inclusive algumas básicas, como o pagamento de tributos e salários, e sendo certo que a execução deve ser garantida com a finalidade de dar eficácia à prestação jurisdicional, nada obsta que a penhora possa ser efetuada em parte dessa renda, de modo a garantir a própria continuidade da empresa.

Nesse sentido, anote-se:

**PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - PENHORA SOBRE RENDA PARCIAL DA EMPRESA, POSSIBILIDADE, CPC, ART. 655, I.**

I. É possível a penhora sobre o faturamento diário da empresa, com a finalidade de dar eficácia à prestação jurisdicional frustrada pelo oferecimento de bens insuficientes à garantia do Juízo, consubstanciados por latas de tinta com prazo de validade expirado, constrição que, todavia, deve ser procedida com as cautelas necessárias a assegurar a continuidade das atividades sociais, tais como a nomeação de administrador, apresentação de esquema de pagamento e, na hipótese, fixação de percentual de subtração suportável.

II. Recurso especial conhecido e provido em parte.<sup>7</sup>

Outrossim, a própria lei de execução fiscal garante que o juiz autorize a substituição do bem constrito, desde que para fins de depósito em dinheiro (artigo 15, inciso I, da Lei 6.830/80). Logo, a penhora sobre parte de renda mensal da empresa atinge esse desiderato, não se podendo olvidar, ainda, o que preceitua o Código de Processo Civil:

**Art. 591.** O devedor responde, para cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.

<sup>7</sup> STJ, REsp nº 172197/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 4ª Turma, DJ de 17-08-2000.



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

DFTRANS, providenciarem o depósito do percentual penhorado em conta corrente à disposição deste Juízo, até integral garantia da dívida em execução.

Intimem-se.

ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS  
Juiz Federal da 18ª Vara



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

21ª VARA/DF
Fl. <u>616</u>
Rubrica: <u>RA</u>

**AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS**

**PROCESSO Nº 16170-13.2013.4.01.3400**

**CLASSE 1300**

**AUTORA :CONSÓRCIO METROPOLITANO e outro**

**ADVOGADO :Dr. Valter Ferreira Xavier Filho e outros**

**RÉ :UNIÃO FEDERAL e outro**

**DESPACHO**

A **UNIÃO** e o **DISTRITO FEDERAL**, em petições acostadas às fls. 430/435 e 437/438, formulam pedido de reconsideração da decisão de fls. 423/425v, que deferiu provimento cautelar postulado na inicial desta demanda.

Por não figurar na enumeração taxativa dos recursos prevista no artigo 496 do Código de Processo Civil, o "pedido de reconsideração" não é meio processual idôneo para veicular a rediscussão de questão já decidida no processo.

Para a reforma de decisão existe o recurso processual adequado.

De qualquer forma, os argumentos trazidos pelos demandados não têm o condão de abalar a convicção expressa na decisão ora questionada.

A alegação de que teria sido concedida a oportunidade de defesa à autora, ainda que de forma diferida não é fundamento suficiente para a revogação da decisão proferida por este Juízo. Com efeito, o egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região em hipóteses similares tem rechaçado a oportunidade de defesa deferida de forma posterior ao ato administrativo. Confira-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados:

RA

3. No julgamento desta Corte, o exame da controvérsia ficou centrado na inobservância dos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, bem como às garantias estabelecidas no art. 37 da Constituição Federal de 1988, decorrente da falta de intimação prévia do contribuinte quanto ao ato de exclusão ((AGA 0059235-78.2010.4.01.0000/DF, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, OITAVA TURMA, e-DJF1 p.578 de 09/03/2012).

4. Considerando o disposto nos artigos 480 a 482 do CPC, bem como no artigo 354 e seu parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, a referida declaração de inconstitucionalidade vincula os feitos submetidos à Corte Especial, às Seções e Turmas.

5. É inconstitucional a exclusão de beneficiário do Programa REFIS sem a regular e apropriada notificação prévia, uma vez que a ciência dos procedimentos que culminam com o respectivo afastamento do Programa não pode ser presumida, mas certa.

6. Apelações e remessa oficial a que se nega provimento (TRF1, AMS 200234000243136, Rel. Juiz Federal Convocado CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS).

No mais, a decisão atacada encontra-se devidamente fundamentada e retrata o entendimento desse Juízo quanto ao pleito cautelar deduzido na presente ação.

Ante o exposto, ausentes novos fatos aptos a modificar o convencimento do Juízo, mantenho a decisão de fls. 423/425v por seus próprios fundamentos.

Intimem-se.

Brasília-DF, 10 de abril de 2013

  
HAMILTON DE SÁ DANTAS  
JUIZ FEDERAL TITULAR DA 21ª VARA



21" VF / BF  
Fls. 639  
Rubrica 1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 21ª. VARA DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.**

Processo n° 16.170-13.2013.4.01.34.00

## Ação Declaratória de Nulidade

217 Vines

**CONSÓRCIO METROPOLITANO E OUTRA**, devidamente identificados e qualificados nos autos supra, vêm, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, em aditamento ao petitório datado de 12 de abril de 2013, por intermédio do qual noticiou que por duas vezes, em procedimento nada ortodoxo, restou adiada a sequência do certame licitatório em comento, sendo a última suspensão por tempo indeterminado, e que havia rumores acerca da articulação de bastidores, pelos responsáveis por dita concorrência, para a prática de atos tendentes a causar tumulto no presente feito, registrar o seguinte:

1. Apesar de aberto o envelope relativo ao Lote nº 01, que materializava uma das propostas formuladas pelo requerente no dito certame licitatório (**doc.01**), cujo desate, entretanto, até esta data não restou noticiado pela Administração, permaneceram em poder da Comissão de Licitação, para abertura oportuna conforme determinação judicial, os envelopes contendo as propostas do requerente para os demais lotes;
2. Entretanto, e apesar disso, veio a lume, por intermédio do Diário Oficial do Distrito Federal desta data, que no último dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira), o DISTRITO FEDERAL teria celebrado os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013

VALTER XAVIER

21" VF/DF  
Fls. 6-20  
Rubrica 8

(doc.02), por intermédio de sua Secretaria de Estado de Transportes Públicos, o que literalmente visa prejudicar o requerente quanto aos Lotes 03 e 04 da dita Licitação, em manifesto e evidente descumprimento da decisão judicial proferida, a qual textualmente reconheceu a regularidade da habilitação do requerente e os consectários daí emergentes.

Nessas condições, requerem seja o digno representante legal do DISTRITO FEDERAL devidamente intimado para esclarecer de imediato o ocorrido, bem como seja determinado, desde logo, a suspensão da eficácia de qualquer ato administrativo capaz de traduzir desobediência à decisão judicial em destaque, especialmente os efeitos dos Contratos de Concessão nº 007/2013-ST/DF e 008/2013-ST/DF, porquanto o requerente concorreu aos referidos lotes e ainda não teve os seus respectivos envelopes de proposta abertos, embora de há muito determinado por Vossa Excelência.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Brasília (DF), 29 de abril de 2013.

**VALTER FERREIRA XAVIER FILHO**  
**OAB/DF 3137**

**CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA**  
**OAB/DF 31.804**

**GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ**  
**OAB/DF 34.675**

**CAMILA ARAÚJO MARTINS**  
**OAB/DF 34.733**

**RAYAK DE JESUS NONATO**  
**OAB/DF 34.900**

  
FELIPE CIANNI DE LARA RESENDE  
OAB/DF 37.870



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF / DF
Fis. 627
Rubrica.

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR JUIZ (ZA) FEDERAL DA 21ª VARA  
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

**EM ACOMPANHAMENTO ESPECIAL**

PROCESSO Nº. 16170-13.2013.4.01.3400  
AUTORES: ROTA DO SOL E OUTROS  
RÉUS: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) E GDF

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por seu Procurador infra assinado, vem, perante V. Ex.a, juntar, nos termos dos dispositivos pertinentes do Código de Processo Civil, a petição e respectivo comprovante de interposição de Agravo de Instrumento perante o Eg. TRF-1, esclarecendo que, além das peças obrigatórias, acompanharam o Instrumento a petição inicial desta ação, as petições de fls. 430-5 e 437-8, bem como Decisão de fls. 616-7.

Outrossim, nos termos dos mesmos dispositivos processuais, requer, ainda, que Vossa Excelência se digne a exercer o juízo de retratação própria desta espécie recursal, comunicando o Em. Desembargador Relator a reforma da decisão agravada.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

Alfim, informa que está devolvendo os autos para imediata análise da reconsideração, requerendo a devolução do prazo sobejante de Contestação.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 29 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' and 'G' followed by a horizontal line.

SEBASTIÃO GILBERTO MOTA TAVARES  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
Divisão de Acompanhamento Especial  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VP/DF
Fb. 629
Rubrica: X

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**EM ACOMPANHAMENTO ESPECIAL**

PROCESSO Nº. 16170-13.2013.4.01.3400

AGRAVANTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

AGRAVADOS: ROTA DO SOL TRANSP. E TURISMO LTDA. E OUTROS

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do Procurador da Fazenda Nacional ao final assinado, tempestivamente, com base nos dispositivos pertinentes do Código de Processo Civil, interpor

**AGRAVO DE INSTRUMENTO  
COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO**

nas balizas das anexas Razões Recursais, pugnando por seu devido processamento nessa I. Corte Regional, com a intimação do Agravado para, em o querendo, apresentar a sua contradita ao presente, mas que, apresentando ou não, essa Em. Corte, inicialmente, suspenda os efeitos da decisão agravada e, a final, o proveja definitivamente para considerar cassada a referida decisão.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 25 de abril de 2013

SEBASTIÃO GILBERTO MOTA TAVARES  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Divisão de Acompanhamento Especial  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

## RAZÕES RECURSAIS

AUGUSTA TURMA JULGADORA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES JULGADORES

## DOS FATOS

Os Agravados habilitaram-se para participarem da concorrência pública organizada pelo Governo do Distrito Federal – GDF para prover os serviços básicos de transporte coletivo desta Capital Federal. Tiveram que apresentar, para tanto, a documentação técnica e jurídica apropriada e necessária, de acordo com os assentamentos normativos da matéria. Dentre tais documentos, situa-se a CPEN emitida pela Fazenda Nacional.

Posteriormente à apresentação dos documentos, inclusive, da CPEN, necessários à habilitação, o GDF inabilitou os Agravados, sob o argumento de que, através da Portaria n. 47/2013, editada por esta Procuradoria Regional, a CPEN inicialmente concedida estava cancelada, tendo-o feito no esteio de processo administrativo para tal fim especificamente aberto.

Os Agravados ficaram pavorosos e, inconformados, ingressaram com a ação que repousa na base deste Agravo, acoimando aquela Portaria de ilegal por ter o respectivo procedimento desrespeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Pode-se colher da ação



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF/DI
Fb. 630
Rubrica:

anulatória dessa Portaria: "Analisado o inteiro teor do procedimento administrativo que gerou a edição da malsinada Portaria n. 47... observa-se que referido ato sobrou materializado sem viabilizar qualquer direito de defesa ao contribuinte, o que repudia os mais elementares e comezinhos alicerces do direito vigente no mundo dito civilizado, *venia permissa*, não se descartando, no caso, a possibilidade de cuidar-se de expediente adrede concebido sob interesses escusos e para atingir tanto os direitos da empresa quanto do consórcio na referida Concorrência, de grande e notória repercussão para a Capital da República" (fls. 05).

O Em. Juízo Predecessor impressionou-se com tal argumentativa dos Agravados, pois, como todos sabemos, se tem uma coisa que o Judiciário não tolera é exatamente o desrespeito aos postulados máximos de nosso Estado de Direito. Assim vazou sua dicção decisória, no quanto basta ao presente relato: "Analisando os preceitos constitucionais supra, reputo que a garantia constitucional da ampla defesa exige, para sua concretização no âmbito do processo administrativo, a exemplo do que ocorre na seara judicial, o esgotamento das instâncias recursais. Aliás, no tocante a esse aspecto da demanda, o colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento segundo o qual todo direito ou garantia individual assegurado pela Constituição deve ser interpretado e aplicado com a maior amplitude possível. As limitações e contenções legais a direitos, inclusive de ordem constitucional, sim, são interpretadas e aplicadas mais restritivamente" (fls. 424).

Ao depois, tanto o GDF, quanto a Fazenda, ainda tentaram apontar as razões pelas quais não se poderia falar, no caso concreto, de ofensa ao devido processo. As petições estão digitalizadas, fazem parte deste Instrumento e nominam-se, respectivamente, de "RECON-GDF" e "RECON-FN". Infelizmente, o Em. Juízo de Piso não acolheu essas evidências, vindo a proferir nova decisão, digitalizada com o *nomen* de "DEC-COMPLEMENT", que há de ser considerada como integrativa da primeira, ambas causando enormes prejuízos à Fazenda Nacional.

O objeto deste Agravo é mirante dessas duas decisões, pois, como melhormente veremos mais adiante, estão a causar, como dito, graves prejuízos à Fazenda, além de não se mostrarem abalizadas pela Lei.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

## DA ADMISSIBILIDADE

A Fazenda tem sempre repetido que a última das reformas processuais alterou o rito do recurso de agravo, alterando drasticamente o procedimento. A mudança foi no sentido de transformar, doravante, o agravo retido em recurso geral, salvo se houver lesão grave e de difícil reparação, quando a parte poderá interpô-lo via instrumento.

Dessa maneira, a lesão grave e de difícil reparação tornaram-se os pressupostos de admissibilidade do Instrumento, à semelhança do que ocorre com a repercussão geral às causas que se elevam ao Supremo Tribunal via RE.

Sem dúvida alguma, a alteração foi proposta na esteira de se obstaculizar, o quanto possível, o acesso aos tribunais. A instituição de barreiras “d’águas” ou “de contenção” para o uso do agravo tem sido a única opção legislativa dos últimos vinte anos para se tentar desafogar a corte de cassação, permitindo-lhe o julgamento mais rápido daquilo que lhe é próprio: das apelações. A profusão de leis a respeito desse recurso nesse período é a maior demonstração de que estamos longe de decretar o fim de tal tendência processual.

Infelizmente, a lógica presente nessa tendência, no ver da Fazenda, está totalmente equivocada. Não é barrando a possibilidade das partes recorrerem que o problema da morosidade processual irá acabar. Muito pelo contrário: irá aquecer-se – ou reaquecer-se com o passar do tempo – na medida em que, privando as partes de “espernearem”, a tendência para que a sociedade resolva as suas questões com as próprias mãos é cada vez maior. Basta vermos hodiernamente que, ao invés de utilizar as únicas armas – a pena e o processo – que o Estado de Direito coloca à disposição das pessoas para resolverem as suas pendengas, quaisquer que sejam elas, o Povo está mais raivoso e procurando resolvê-las do seu próprio jeito, por já saber, ainda que intuitivamente, que a Justiça está procurando limitar, cada vez mais, a mais ampla resolução dos processos. Poderíamos citar três exemplos: a “técnica da persuasão” – que na verdade é genuína pressão – para as partes chegarem a acordo, objetivo declarado do anteprojeto do novo Código de Processo Civil, mas que já é usada



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF / DF
Fls. 631
Rubrica

atualmente nas famosas semanas ou dias ou manhãs e tardes de conciliação. Ora, se as partes não querem chegar a acordo, paciência...; os intrincados mecanismos para interposição de recursos aos tribunais superiores, pois o recorrente tem que, nada mais, nada menos, ultrapassar, pelo menos, cinco barreiras (os documentos que necessariamente precisam ser juntados sob pena de não conhecimento, a remissão a fontes autorizadas sob pena de não conhecimento também, os pressupostos que devem ser satisfeitos como a demonstração da repercussão geral, a demonstração da não incidência de qualquer das súmulas impeditivas – 282, por exemplo – e a demonstração da não incidência de qualquer jurisprudência impeditiva. Recentemente, mais um obstáculo tem se imposto às partes que é o que genericamente poderíamos chamar de *e-processo*, o processo virtual, que já tem provocado, inclusive, inúmeras manifestações contrárias pelo País; finalmente, a impossibilidade – firmada jurisprudencialmente, o que poderia fazer com que este terceiro exemplo até fosse decorrência do segundo – das partes de discutirem matéria fática nos tribunais superiores, o que é total contrassenso com o processo, haja vista que este nasce do fato e o Judiciário nada mais faz do que subsumir fato à norma para impor solução ao caso.

A percepção popular dessas barreiras impede o Povo de procurar a Justiça pelo processo e o força a procurar justiça pelas próprias mãos, criando, ainda, o efeito colateral de toda uma “demanda reprimida” prestes a explodir a qualquer momento. Daí porque, tão logo instalada uma Vara Federal – já que estamos na Justiça Federal – ou, mesmo, um Juizado Especial em certa localidade, em pouco tempo, observamos essa Vara ou esse Juizado ficarem abarrotados de tantos processos, causando perplexidade a todos que não entenderam como, em tão pouco tempo, a nova Vara e o novo Juizado ficaram tão asfíxiados de tantos processos...

Como a criação de mais novas Varas e de mais novos Juizados, quiçá, de mais e novos tribunais, é difícil e leva tempo, a saída é limitar, realmente, a possibilidade de interposição de recursos.

A Fazenda tem opinião diametralmente oposta: que bom que, ao invés de paus, pedras e armas, as pessoas queiram fazer uso de penas e do processo para resolver seus conflitos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

Este é que tem que ser o raciocínio. Qualificar e melhorar o debate das pessoas em conflito e não fazê-las, ainda que não conscientemente, lançar-se ao cadafalso dos campos de batalha e ao banho vermelho em praças públicas. Como dizia Jhering: o Direito é luta, mas é luta na exclusiva arena do processo.

Ora, se, quanto às pessoas privadas, a limitação recursal já é odiosa, quando se trata do Estado, é que fica pior, muito pior. Este está jungido à legalidade estrita e qualquer determinação para dar, fazer ou não fazer não prevista expressamente em lei, por si só, já se torna grave por sua própria natureza. E mais: o retorno ao *status quo ante*, na hipótese de reversão do provimento judicial, não é tão fácil, dês que a Fazenda, ao contrário do que ocorre com o particular, não pode exigir deste “viva voz” que retorne à sua posição jurídica anterior, tendo que reduzir tudo a processo administrativo de exigência, a qual, acaso descumprida, dará lugar ao executivo fiscal, cuja fama já é de todos conhecida.

Assim, em tese, a modificação legislativa ora em comento, se já não poderia ser aplicada a qualquer parte privada, com muito maior razão é que não poderia se aplicar à Fazenda Nacional, eis que se torna difícil não visualizar dano grave ou de difícil reparação quando, utilizando o próprio caso concreto destes autos, se lhe obrigam a reconhecer como válida uma CPEN que, flagrantemente, não o é, impedindo-a de reaver o que é seu por Natureza e por Lei.

A inefável conclusão a que chegamos é a de que pertence à parte e, com muito maior razão, à Fazenda, em face de sua peculiaridade quanto àquele, a prerrogativa de, em vistas do caso concreto, manejar o retido ou o instrumento, não se fazendo necessário, como ocorre com o RE a respeito da repercussão geral, abrir-se capítulo específico para demonstração da lesão grave e de difícil reparação. Caso Vossa Excelência discorde, a Fazenda corre ao encontro da necessidade de demonstrar, ressalvada a sua convicção acima enucleada, a lesão grave e de difícil reparação.

Tal não será difícil. Isto se pontuarmos bem os fatos e o direito. Observemos que a Fazenda tem a favor de si, contra os Agravados, crédito certo e líquido, que precisa estar satisfeito ou



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF/DF
Fls. <u>632</u>
Rubrica: <u>X</u>

suspensão, de qualquer maneira, para que a certidão respectiva possa ser expedida. No caso, tendo ingressado em parcelamento, nada mais natural do que os Agravados obterem a CPEN. No entanto, tendo sido o parcelamento rescindido, por falta de cumprimento, a obtenção da CPEN torna-se impossível. Na medida em que a Fazenda é obrigada, pela Decisão ora guerreada, a expedir a CPEN e/ou a anular o cancelamento da anteriormente expedida, exsurge dano grave e de difícil reparação.

Observemos que o crédito tributário da Fazenda contra os Agravados está plenamente ativo, sem qualquer garantia ofertada e, mesmo, sem qualquer decisão judicial suspendendo a sua exigibilidade. Mesmo assim, a Fazenda está obrigada a reconhecer como válida uma CPEN que, naturalmente, só deveria sê-lo na hipótese das atividades de inscrição em DAU estarem suspensas. O que não é o caso. Então, não deixa de haver, aí, dano grave, pois a Fazenda, nem recebe, nem tem condições de certificar a falta de pagamento e/ou de suspensão.

O dano não é apenas grave. É também de difícil reparação. Com efeito, o objetivo declarado dos Agravados é participarem de concorrência pública. Na medida em que o fazem, utilizando-se de certidão que não corresponde à realidade, o simples fato de participarem e eventualmente provocarem a desclassificação de licitante que está com a sua documentação toda “em dia”, torna-se impossível de ser reparada.

Além dessa reparação impossível – a eventual participação dos Agravados e desclassificação de licitante que está todo regular –, existe outra difícil relativamente à Fazenda, qual seja, a de que, simplesmente, os Agravados estão livres de recolherem as prestações do parcelamento ou, mesmo, de pagarem efetivamente o débito. Para que a Fazenda possa reclamar pelo crédito, terá que se utilizar do executivo fiscal, método bem mais difícil do que o parcelamento. Isto todos, até mesmo os próprios Agravados, não poderão deixar de reconhecer.

Preliminarmente, pois, requer a Fazenda Nacional, ressaltando-se o seu entendimento pessoal de que a reforma não vale para si, o conhecimento deste Agravo, haja vista estarem presente os necessários pressupostos processuais.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

## DO MÉRITO RECURSAL

O presente caso é diferente. Normalmente, quem fica indignada ao ponto de utilizar expressões do tipo “expediente adrede concebido sob interesses escusos e para atingir tanto os direitos da empresa quanto do consórcio na referida Concorrência”, logo acima citado, é a Fazenda e não os contribuintes. Com isso, os Agravados retiraram o início do que costuma ser a argumentação da Fazenda quanto aos atos praticados pelos próprios contribuintes. Mas estamos aqui e precisamente avançar. A Fazenda não deixará que os Agravados lha retirem “do páreo” e esvaziem o apelo, tanto vocálico, que geralmente costuma utilizar em face dos fatos praticados pelos contribuintes.

A sorte, Excelência, é que o caso concreto não oferece qualquer dificuldade. Ainda que os Agravados queiram assumir a posição da Fazenda, que passivamente é alvo de toda gama de teses das mais estranhas, o caso concreto não permitirá. Não adiantam palavras, mas apenas os fatos. Vamos a eles, então.

O argumento fundante dos Agravados para terem proposto a ação base a este Agravo e que gerou a Decisão que ora se combate foi o desrespeito aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. A Fazenda, ao ter formatado o PAF – de n. 12221.000193/2013-14 – de cancelamento da CPEN anteriormente obtida pelos Agravados e publicado a consequente Portaria 47, cassando-lhe os efeitos, não possibilitou aos Agravados a ampla defesa na medida em que os impediu de recorrer e percorrer todas as instâncias administrativas possíveis e imagináveis. Esse é o argumento.

Corretíssimo, diga-se de passagem. Ninguém admite nos dias que correm o desrespeito a esses princípios. Mas a Fazenda fica extremamente cabisbaixa e entristecida quando, por mais que se esforce em publicar suas decisões, em chamar os contribuintes, em burocratizar às vezes até além do limite do razoável os seus procedimentos – todos o sabemos que, na Administração Tributária, tudo tem que estar “preto no branco” –, em clarificar suas ações ao extremo de maneira





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF / DF
Fls. 633
Rubrica: X

que todos têm acesso a quaisquer informações, ressalvadas aquelas de caráter nacional ou aquelas cujo sigilo for devidamente justificado, enfim, em se abrir como colo de mãe, vêm os Agravados e dizem que, mesmo assim, a Fazenda desrespeitou a sacralíssima ampla defesa.

Como desrespeitou, se os Agravados foram intimados da decisão administrativa, requereram cópias integrais do aludido processo, mas nada fizeram? Ao invés de apresentarem recurso, os Agravados quedaram-se inertes, como não deixa qualquer dúvida o pedido de reconsideração interposto pela Fazenda. Certamente, assim os Agravados se comportaram, deixando de apresentar recurso, no pressuposto de que a alegação de corte da ampla defesa estava mais do que sacramentada na medida em que os Agravados criam que teriam que intimados antes da publicação da Portaria, mas, como o foram depois, então, nem precisaria recorrer.

Bom, então, a questão já muda de figura. O problema – que alívio à Fazenda – não é da Fazenda ter malferido princípios constitucionais, mas sim, a Fazenda ter publicado Portaria antes que pudesse ouvir os Agravados a respeito. A pergunta indefectível que surge, então, seria: e a Fazenda estaria obrigada a ouvir os Agravados antes de publicar a Portaria? Vale dizer, antes de publicar a Portaria, teria a Fazenda, sob pena de ofensa àqueles princípios constitucionais, que ouvir os Agravados?

A resposta parece estar em outra seara, não menos conflituosa, entre Fazenda e contribuintes, qual seja, na área de fiscalização fiscal e autuação fiscal. Suponhamos: o contribuinte apresenta a sua DCTF e, com base nela, a Administração Tributária detecta inconsistência de, digamos, R\$ 1 milhão de reais. O que faz a Administração Tributária? Lança crédito de R\$ 1 milhão de reais a favor da Fazenda através de auto de infração e, posteriormente, ouve o contribuinte?

Absolutamente!

O que faz a Administração Tributária é intimar o contribuinte a apresentar previamente – prestemos atenção a este termo porque é ele que servirá para respondermos àquele



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

indagação – documentos e todas e quaisquer alegações a bem de si para explicar a discrepância de R\$ 1 milhão de reais em tributos não pagos (por exemplo: sobre remessas ao exterior não totalmente explicadas e que passaram, nestes tempos tecnológicos, pelo caixa 3.0). Da apresentação inicial dessas alegações e documentos, poderão advir duas situações: ou a Administração Tributária concorda e tudo acaba ali mesmo; ou discorda. No caso de discordância, poderão ocorrer ainda duas outras situações: ou a Administração Tributária crê que os documentos e alegações são suficientes para lavrar auto de infração, lançando o tributo; ou, ao contrário, crê serem necessários novos esclarecimentos, documentos, alegações e provas. Aqui, tem início, em sede administrativa, toda uma dilação probatória digna dos melhores enredos policiais: a Administração Tributária vai atrás de peritos, oficiais ou de empresas previamente cadastradas, solicita exames grafotécnicos e o concurso de técnicos do BACEN e assim sucessivamente. O contribuinte é novamente intimado para manifestar-se sobre os resultados e, ao final, poderemos ter duas hipóteses: ou a Administração Tributária lança os tributos com todos os juros, multa e correção devidos; ou reconhece estar a razão – muito dificilmente isto ocorre – com os contribuintes.

Após o lançamento fiscal, os contribuintes são intimados a impugnar e, se o fizerem, dão origem ao que costumamos chamar de Processo Administrativo Fiscal – PAF propriamente dito, onde teremos três instâncias administrativas recursais: havendo impugnação, o processo seguirá à decisão da Delegacia Regional de Julgamento – DRJ competente pelo domicílio fiscal do contribuinte. Essa seria a primeira instância administrativa do PAF; dessa decisão das DRJ's, cabe recurso, atualmente, às Seções do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Temos três Seções, cada uma delas divididas em Câmaras e Turmas. A decisão tomada pela Câmara da Seção ou, quando houver, pelas turmas da Câmara da Seção configuraria a segunda instância do PAF (que equivale aos antigos Conselhos de Contribuintes); da decisão de segunda instância, pode haver recurso especial (administrativo), nos termos regimentais, ao Conselho Superior de Recursos Fiscais – CSRF do CARF, que vem a ser a terceira e última instância do PAF (equivalente à antiga Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF). É a esse conjunto de decisão da impugnação pela DRJ, pelo CARF-SEÇÕES e pelo CARF-CSRF que denominamos de PAF, arcabouço processual-administrativo com três instâncias.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF/DF
Fb. <u>634</u>
Rubrica <u>8</u>

Mas, prestemos bem atenção, Excelência e demais Em. Desembargadores: usamos esse arcabouço processual-administrativo com três instâncias QUANDO ESTAMOS EM PROCESSO DE ACERTAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Quando a Administração Tributária, em suas atividades normais de fiscalização, está procurando elementos para acertar a existência, ou mesmo inexistência, de crédito fiscal, aí sim, previamente ao lançamento fiscal, o contribuinte, sob pena de total nulidade, tem que ser ouvido e, quando querendo, tem todo e o pleno direito de usar todas as instâncias possíveis do PAF.

Voltemos, agora, àquela indagação: teria a Fazenda, sob pena de ofensa àqueles princípios constitucionais, que ouvir os Agravados previamente à publicação da Portaria 47? Vejamos o que consta do Item 02 das fls. 03 do PAF 12221.000193/2013-14, no bojo do qual a Portaria foi publicada, que a Fazenda dá por inteira fé constar das fls. 442 da ação que jaz subjacente a este Instrumento – prestem bem atenção, Excelências: “Os débitos estão inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012 e encontram-se plenamente exigíveis” (os destaques são da Fazenda).

Mais às mesmas fls. do processo base: “4. A devedora, logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e abandonou o pagamento das parcelas subseqüentes, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPEND’s” (destaques igualmente da Fazenda).

A Fazenda não precisa ter as Vossas láureas de exímio hermeneuta, Excelência – até porque, de fato, não as tem –, para concluirmos que, no caso, não seria preciso a Fazenda ouvir previamente os Agravados simplesmente porque o seu crédito já estava definitivamente constituído e, inclusive, inscrito em DAU. A inscrição em DAU, por mais que não gostemos de ouvir este tilinte, gera presunção de certeza e liquidez que, não a Fazenda, mas o próprio contribuinte é que precisa afastar.

No caso, nem pretenderam os Agravados afastar a certeza e a liquidez, pois nem sequer discutirem o lançamento fiscal que foi, depois, alçado à inscrição em DAU. Pretenderam,



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

APENAS, afastar as atividades normais da inscrição, dentre as quais está exatamente a impossibilidade de obtenção de CPEN, através do parcelamento. De fato, não interessa, como disse a I. Decisão Recorrida, o motivo pelo qual os Agravados parcelaram o débito. O que interessa é que, se parcelaram, têm o direito à CPEN.

Mas interessa também saber se os Agravados não continuaram a proceder ao pagamento das parcelas, pois, aqui, ao contrário, não terão direito à obtenção da CPEN. Se esta foi conseguida pelo parcelamento, nada mais natural e justo do que cancelá-la pela revogação do parcelamento em face da falta de pagamento. A partir da falta de pagamento, os contribuintes precisam ter sorte para que a Fazenda não proceda ao cancelamento antes que possam fazer uso útil da certidão que, agora, torna-se inverídica, porque desconforme com a realidade.

O problema, o grande problema, é que os Agravados, *DATA VENIA*, não tiveram muita sorte, precisamente porque, no momento em que estavam para participar de certame licitatório com base em CPEN inverídica, porque desconforme com a realidade contemporânea dos fatos, o GDF os inabilitaram. Acaso tivessem tido um pouquinho mais de tempo e não estaríamos nesta celeuma toda...

Como se vê, a Fazenda não teria porque ouvir previamente os Agravados simplesmente porque o seu crédito já estava definitivamente constituído, inscrito em DAU e não contestado pelos Agravados, em sede administrativa ou judicial. Quem tinha que correr contra o tempo não era a Fazenda, mas os Agravados. A Fazenda estava muito a cavaleiro com o seu crédito inscrito em DAU e, a qualquer momento, poderia prosseguir com as atividades normais de execução sem que tivesse a obrigação de pedir a oitiva dos Agravados para saber se poderia ou não continuar...

Infelizmente, o raciocínio que segue a I. Decisão Recorrida é diametralmente oposto: mesmo com a inscrição aparelhada, a Fazenda tem – ou teria – a obrigação de ouvir previamente o contribuinte, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais dantes citados, quando,



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VF / DF
Fis. 635
Rubrica 8

na realidade, a oitiva prévia do contribuinte só tem lugar quando estamos em processo de acerto do crédito tributário, hipótese AMAZONICAMENTE longe dos presentes autos.

Por tal razão, a I. Decisão Recorrida provoca uma inversão de valores, uma subversão do sistema jurídico, pois, a partir de agora, o credor – a Fazenda nem fala em crédito tributário – tem que provar que é credor antes mesmo de prosseguir nos demais desideratos de execução. Provar que é credor, entenda-se, não se refere à necessidade do credor demonstrar o título certo, líquido e exigível com a propositura da execução, o que é uma exigência até mesmo processual, mas sim, a ter que ouvir o devedor antes de proceder a qualquer medida autorizada pelas Leis para alvejar a satisfação do seu crédito.

No caso, observando-se o sistema jurídico, o que deveria ocorrer seria o seguinte: observado o descumprimento do parcelamento, todas as atividades normais de execução retomariam o seu natural curso, inclusive, o de impedir a CPEN. Intimados, os Agravados poderiam apresentar recurso administrativo que poderia ou não ter efeito suspensivo em face das alegações. Agora, exigir da Fazenda que ouça o contribuinte quando já aparelhado o seu crédito, de fato, é subversão do legal procedimento da Lei Tributária.

Sinceramente, não é por aí que estaremos contribuindo para uma melhor relação fiscal entre Fazenda e contribuintes, de molde a procurarmos uma Justiça Fiscal efetiva. Muito ao contrário, fará com que, quiçá, a Fazenda ingresse em profunda crise existencial, consistente, parafraseando os versos shakespearianos, em se perguntar: “afinal, meu Deus, eu sou não sou credora dos Agravados”?

#### DO EFEITO SUSPENSIVO

Estão presentes os pressupostos para a concessão do efeito suspensivo, nos termos



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

do art. 527, III, *prima pars*, do Código de Processo. Isso porque a decisão agravada, além de partir do pressuposto equivocado de que a Fazenda teria que ouvir os Agravados antes de publicar a Portaria n. 47/2013, está sem recuperar o seu crédito, pois nem pode impedir a expedição de CPEN, nem pode impedir os Agravados de participarem de certame licitatório com CPEN irreal (*fumus boni iuris*), quando, a qualquer momento, a licitação retomará o seu natural curso, podendo haver licitantes legítimos prejudicados em face da ação dos Agravados (*periculum in mora*).

Podemos traduzir tais pressupostos em termos de grave dano e difícil reparação, igualmente. Como visto, a Fazenda é credora e os Agravados, devedores. Todavia, a Fazenda está impedida de exercitar aquela que é uma das principais atividades de inscrição não contestada ou não garantida que é impedir a expedição de CPEN's, o que não deixa de ser crasso dano. A irreparabilidade está no fato de que, uma vez usada a CPEN outorgada agora, pela anulação da Portaria, aos Agravados, nada mais poderá ser feito posteriormente à participação dos Agravados na licitação. Os Agravados terão atingido os seus objetivos e a Fazenda terá que recorrer ao executivo fiscal, quando poderia ter em uso esse que é uma dos mais eficazes meios de "persuasão" dos contribuintes.

Por isso, requer a Fazenda Nacional a concessão imediata de contraliminar, no sentido desse Eg. TRF-1 sustar imediatamente a decisão recorrida, validando novamente a Portaria n. 47/2013 e impedindo os Agravados de participarem da licitação do GDF.

Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer a Fazenda Nacional a concessão parcial de contraliminar no sentido de que os Agravados depositem, à ordem do I. Juízo Recorrido, o valor total da dívida relativamente a qual a Fazenda, pela anulação da Portaria n. 47, teve que expedir CPEN sem qualquer garantia do débito.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

21ª VT / DF
Fl. 636
Rubrica

### DO PEDIDO

Pelo exposto, requer a Fazenda Nacional, preliminarmente, o conhecimento deste Agravo, à vista da satisfação dos seus pressupostos de admissibilidade, bem como, quanto ao mérito recursal, *initio litis*, a concessão de efeito suspensivo para o fim de estancar a decisão de antecipação de tutela desferida pelo Juízo Agravado, bem como, ao seu final, o provimento definitivo deste Agravo para declarar a perfectibilidade total da Portaria n. 47/2013 em face da observância irrestrita dos princípios constitucionais dantes citados pela Fazenda.

Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer a Fazenda o provimento parcial deste Agravo, no sentido de confirmar o efeito suspensivo parcial para que os Agravados depositem, à ordem do I. Juízo Recorrido, o valor total da dívida relativamente a qual a Fazenda, pela anulação da Portaria n. 47, teve que expedir CPEN sem qualquer garantia do débito.

Para tanto, requer a intimação (art. 527, V do Código de Processo) da Agravada para, querendo, contraditar o presente, mas que, tanto em um quanto em outro caso, esse Tribunal o proveja para o fim de revogação definitiva da decisão recorrida.

Outrossim, diga-se que, no caso ora apresentado a essa I. Corte, não há espaços para aplicar o art. 527, II do Código de Processo (redação dada pela Lei n. 11.187/2005). Isso porque, como restou sobejamente dito na argumentação supra, a questão suscitada pela decisão recorrida realmente pode provocar inúmeros danos, de difícil reparação, à Fazenda Nacional, impossibilitando, inclusive, o normal exercício das prerrogativas fazendárias de exigir o quanto lhe é devido. Por isso, torna-se impossível a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, preconizada pelo dito dispositivo processual.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

Alfim, frise-se que o nome e o endereço completo dos Advogados são aqueles que constam da anexa procuração.

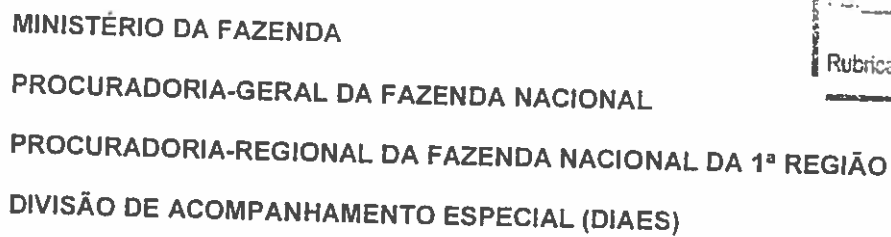
Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 26 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita de Sebastião Gilberto Mota Tavares, escrita em tinta preta, com uma linha horizontal decorativa abaixo.

SEBASTIÃO GILBERTO MOTA TAVARES  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
Divisão de Acompanhamento Especial  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região





EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ZA) FEDERAL DA 21ª VARA  
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

**EM ACOMPANHAMENTO ESPECIAL**

**PROCESSO N°. 16170-13.2013.401.3400**

**AUTORA: ROTA DO SOL**

**RÉUS: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) E OUTROS**

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do Procurador da Fazenda Nacional ao final assinado, esteiada pelo Despacho de fls. 638, expor e, ao final, requerer o quanto segue.

Encarece este Procurador que este processo somente chegou a si depois das 18:30 do termo de 07/05.

Colhamos a seguinte passagem da petição das Autoras: "... por duas vezes, em procedimento nada ortodoxo, restou adiada a sequência do certame licitatório em comento, sendo a



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

última suspensão por tempo indeterminado, e que havia rumores acerca da articulação de bastidores, pelos responsáveis por dita concorrência, para a prática de atos tendentes a causar tumulto no presente feito". Como se vê, o imbróglio, se existir, está ocorrendo na seara do Distrito Federal e não na da Fazenda Nacional. Portanto, a princípio, despiciendo seria o pronunciamento da Fazenda a respeito, dê-se que o Distrito Federal, por sua I. Procuradoria, saberá bem afastar tais alegações.

Mas isto não significa que a Fazenda não possa encetar alguns comentários eminentemente teóricos que lhe parecem enormemente necessários, ante o quadro que se desenha nos presentes autos. Mesmo porque, a participação das Autoras no certame só está sendo possível porque o cancelamento da certidão pela Portaria n. 47 está temporariamente anulado. A situação, para lá de tumultuada, já está ficando mesmo em nó de escolta, um dos nós do marinheiro, se esse I. Juízo conceder as vênias à Fazenda. Com efeito, será que, agora, pelo simples "ouvir dizer", as Autoras pretendem impingir à Administração Pública a pecha de descumpridora de decisões judiciais?

A Fazenda vai ao limite: entendemos que o Distrito Federal, dentro de sua competência administrativa, pode até mesmo revogar a licitação, diante, por exemplo, de circunstâncias não inicialmente previstas, como a imperiosidade de se fazer constar outros trechos e/ou lotes não inicialmente previstos. Nessa situação, indagar-se-ia: pode o Judiciário obrigar o administrador a prosseguir com o certame sob a frágil percepção das Autoras de que, por "ouvir dizer", isto será como que "retaliação" indevida à propositura da presente ação?

A discussão é salutar e dotada de carga potencial importantíssima, haja vista que todos nós estamos observando a ingente discussão a respeito de sabermos até onde vão os lindes competenciais dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Alguns chegam mesmo a falar em novo pacto federativo. Humildemente, gostaria a Fazenda de indicar que, nessa ingente discussão, que melhor deve ser deixada aos doutos, a presente ação pode ser pedagógica nesse sentido, pois não podemos nos esquecer que algumas diretrizes parecem estar definitivamente inculcadas em nós, em nossas Letras Jurídicas.

A mais fundamental delas talvez seja a de que o juiz não pode se intrometer no



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

31/03/07
649
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

ânimo – no espírito, na *animé* – do administrador. Não pode o juiz, ou qualquer outro órgão, mesmo de controle, pontuar, por exemplo, que, ao invés da ponte ser de madeira, que ela seja de concreto; ou, ao invés de ser de concreto protendido, que a ponte seja pênsil, semelhantemente àquela amplamente conhecida entre nós, a ponte JK. Seguindo na mesma linha, não pode o juízo dizer que o *Kit* da AIDS há de conter este ou aquele remédio ou que o melhor remédio para que o Ministério da Saúde compre seja este e não aquele. Idem: entendemos não poder o juízo asseverar que o melhor livro didático seja este e não aquele ou que o melhor seja desta e não daquela editora e assim sucessivamente.

O que pode o juízo fazer, ao nosso ver, é, escolhida a ponte que se quer fazer, o remédio que deve participar do *Kit* ou o melhor livro pelo administrador, que o procedimento – que é algo externo à vontade – para que a ponte seja feita ou para que o remédio e o livro sejam conseguidos observem os ditames das Leis, mormente quanto à escolha da empresa construtora ou fornecedora e/ou da editora. Nesse diapasão, se, mais tarde, há por bem o administrador, suspender ou revogar ou anular o procedimento, nada pode ser feito, pois o espírito de vontade, seja do administrador, do juiz ou do legislador, é indevassável, por mais errado que seja, mas é indevassável. Defendemos indefectivelmente a liberdade político-jurídica do juiz em decidir e, pelas mesmas razões, não poderíamos deixar de defender a mesma liberdade institucional para o administrador e, até mesmo, para o legislador, apesar das saraivas que costumam receber de nossa sociedade civil. Ainda que todos eles – o juiz, o administrador e o legislador – estejam, no imo de seus respectivos espíritos, totalmente equivocados, não podemos deixar de defendermos a mesma liberdade. A liberdade é patrimônio que não pode mais ser manietado porque lutamos muito para consagrá-la.

Pensamos, no mesmo sentido, que a Justiça, enquanto valor legal, não pode estar submetida apenas à vontade de uma das partes, mas, no regime público em que vivemos, apenas o que restar comprovado após regular processo. De maneira mais ampla e filosófica, a Justiça, enquanto vetor axiológico universal do comportamento do Ser, em qualquer lugar que esteja no Universo, também não pode ser tida por privilégio dos Autores ou, mesmo, deste ou daquele Poder. Não é, nem mesmo, do próprio Estado ou do Povo. A Justiça pertence ao Universo e o que fizemos



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

foi tão somente a tomarmos emprestada, temporariamente emprestada. Isto, naturalmente, enquanto existirmos neste Planeta.

No caso, na percepção que a Fazenda está tomando acerca das insuspeitas margens a que está chegando o desdobramento dos fatos – percepção que pode estar equivocada –, o que estão pretendendo as Autoras, nada mais, nada menos, é do que simplesmente fazerem com que esse Em. Juízo conduza a Administração ao que esta deve ou não fazer animicamente, espiritualmente, expressionisticamente, com o que não podemos, infelizmente – ou felizmente – concordar. Notemos que a I. Decisão, que foi devolvida ao Eg. TRF-1 através do competente Agravo, não determinou que o contrato que resultasse da licitação devesse ser firmado entre o Distrito Federal e as Autoras, até porque, como podemos facilmente perceber, nem mesmo o próprio administrador pode determinar quem vencerá ou não a dita licitação. O que a I. Decisão Agravada determinou foi que (i) a Portaria 47 fosse suspensa – e esta o foi – e para que (ii) a decisão administrativa do Distrito Federal que excluiu as Autoras da licitação fosse suspensa – e isto também ocorreu. As Autoras estão participando. Agora, se, a partir da participação dos licitantes para outros lotes, outras empresas lograram sair vencedoras, o que podem as Autoras fazer? Nos lindes teóricos que estamos a traçar ao caso, de todas as soluções, talvez a única que não possa ser adotada seja precisamente a das Autoras pretenderem forçar esse Em. Juízo a declará-las vencedoras do certame, forçando o Distrito Federal a firmar com as mesmas os contratos.

As Autoras talvez objetivem, agora, simplesmente fazer com que nenhum contrato de transporte público seja firmado sob pena de se configurar descumprimento à I. Decisão Judicial proferida nestes autos. Mas esse não seria o melhor e nem a melhor exegese da própria Decisão. Do contrário, teremos que admitir que, acaso as Autoras não consigam firmar nenhum contrato de transporte com o Distrito Federal, é porque estará havendo descumprimento a ordem judicial. Mas repetimos que este não é o melhor raciocínio, pois, como vimos acima, a Decisão Antecipatória foi apenas para que as Autoras participassem do certame; não para que lograssem êxito no intento de explorar alguma linha de transporte público.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL (DIAES)

11-VI/DF  
Fls. 650  
Rubrica: 7

Tanto que as próprias Autoras dizem que o objeto desta ação é apenas o Lote 1 (fls. 641) e, portanto, se contratos estão sendo firmados relativamente aos demais lotes, talvez nada possam fazer as mesmas Autoras. Aliás, é gritante o desespero Autoral manifestado em dita petição (fls. 641). A I. Decisão proferida nestes autos já é do conhecimento da Fazenda e do Distrito Federal e, crê a Fazenda, sob pena – aí sim – de descumprimento, que o Distrito Federal possibilitará a mais ampla participação das Autoras no certame. Disto não tem nenhuma dúvida a Fazenda Nacional.

Sintetizando o quanto dito, podemos dizer, de longe dos fatos e com relativa segurança, que não está havendo descumprimento à I. Decisão nestes autos proferida. Longe dos fatos porque não é a Fazenda que está conduzindo o processo de licitação, nem é quem abrirá os envelopes. Mas, o que sabe é que, qualquer que seja o destino da licitação objeto destes autos, há questão teórica que diz muito de perto com a Fazenda, que é a vontade do administrador não poder ser substituída pela vontade das Autoras, particularmente, na desesperada tentativa das Autoras em possuírem algum contrato de transporte público com o Distrito Federal; pior ainda, em obterem, quiçá, monopolisticamente, todos os contratos de transporte que resultarem dos vários lotes licitados. Pode o administrador ser punido, nos termos das leis penais e de improbidade, mas não pode ser punido porque deu a vitória a esta ou àquela empresa. Enquanto não houver provas da má-fé do administrador, a sua vontade há de imperar. Mesmo quando existirem boatos, por “ouvir dizer”, em contrário, que, para tais efeitos – penalísticos e de improbidade –, enquanto não forem confirmados por provas, não passam disso: de meros boatos.

Era o que tinha a Fazenda Nacional a dizer a respeito: a I. Decisão está sendo cumprida no seu âmbito. Quanto ao Distrito Federal, certamente, este há de comparecer aos autos com os seus pronunciamentos, mas, como quer que seja, aferra-se a Fazenda à doutrina clássica de que, se ao juiz pertence a liberdade político-jurídica de decidir, ao administrador pertence a liberdade político-jurídica de determinar o caminho que a sociedade deve seguir nos termos das Leis.

Aproveita o ensejo a Fazenda para requerer a reconsideração da Decisão Agravada e a devolução do prazo de Contestação.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 21ª VARA  
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

PROTÓCOLO - NUJCU

- 6 MAI 11 01 32 2013 055424

JUSTIÇA FEDERAL - DF

REF.: PROCESSO N.º 16170-13.2013.4.01.3400

AUTOR: CONSÓRCIO METROPOLITANO E TRANSPORTES  
CIDADE BRASÍLIA

RÉUS: UNIÃO E DISTRITO FEDERAL

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo do Palácio do Buriti, Edifício Sede da Procuradoria do Distrito Federal, por seu Procurador adiante assinado, vem se **manifestar** acerca do mandado de intimação recebido nesta Procuradoria em 2 de maio de 2013 as 18hs00:

O citado mandado de intimação veicula despacho que determina a manifestação do Distrito Federal acerca de suposta violação à decisão interlocutória proferida às fls. 423/425-v.

Às fls. 619/620, a parte autora alega que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão de fls. 423/425-v, ao argumento de que, ao assinar os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame.

Ocorre que, consoante será demonstrado em breves linhas, a missiva da parte autora se reveste em uma tentativa de tentar induzir este Eminent Juízo ao erro, bem como na intenção de tentar utilizar o processo para obter objeto ilegal. Explica-se:

A parte dispositiva da decisão proferida por Vossa Excelência às fls. 423/425-v, no que se refere à obrigação imposta ao Distrito Federal, foi enfática no sentido de determinar:

*"que **mantenha** em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 01/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, **recebe** e **julgue** ditas propostas, nos termos do edital."* (negritos nossos)

Veja, Excelência, as determinações constantes do *decisum* em comento foram no sentido de "**manter**", "**receber**" e "**julgar**" as propostas apresentadas pela parte autora perante a Comissão de Licitação, "**nos termos do edital**".

Foi justamente isso que foi feito. Ao ser intimado da decisão, o Distrito Federal agiu tal qual determinado por Vossa Excelência: **recebeu**, **manteve** e **julgou** as propostas do consórcio autor **nos termos edital**.

Em termos práticos, quando o Distrito Federal foi intimado da citada decisão, iniciou a fase de julgamento da proposta **para o lote 1**, pois, **nos termos do edital**, era o lote remanescente.

Em outras palavras, Vossa Excelência determinou que fosse adotado o procedimento exatamente nos termos do edital e assim foi feito: a proposta da parte autora para o lote 01, que já havia sido

recebida, foi aberta em sessão pública e agora está em fase de julgamento.

Vistos os fatos sob esse ângulo, tem-se a clara certeza de que não houve qualquer espécie de descumprimento à decisão proferida por Vossa Excelência, ao contrário, ela foi seguida à risca e o procedimento seguiu a sua marcha regular, com a **participação da parte autora no certame, nos termos do edital.**

Ocorre que, o que realmente almeja a parte autora, sob a alegação de que houve descumprimento da decisão, é desconstituir atos jurídicos já perfeitos e acabados.

Isto porque, quando o Distrito Federal foi intimado da decisão oriunda deste Juízo, os lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras, tendo ocorrido em momento posterior apenas o exaurimento de tais atos (julgamento e adjudicação do objeto): **a assinatura dos respectivos contratos.**

Em outro dizer, os lotes 03 e 04 não foram objeto de alcance da decisão proferida por Vossa Excelência por dois motivos principais:

- 1) Quando do recebimento da decisão, os lotes 03 e 04 já haviam sido adjudicados às empresas vencedoras, revestindo-se, assim, de atos jurídicos perfeitos e acabados, somente podendo ser atacados por meio de ação específica para esse fim; e
- 2) Vossa Excelência determinou que a proposta da parte autora fosse julgada nos termos do Edital e, nos termos



editais, faltava somente o julgamento das propostas  
relativas ao lote 01 quando do recebimento da decisão.

Nessa perspectiva, é de destacar que **não houve descumprimento da decisão** proferida por este Eminente Juízo, ao contrário do que quer fazer crer a parte autora.

Pensar de forma diversa seria o mesmo que conferir à decisão interlocutória, fundada em cognição sumária, diga-se, eficácia retroativa (*ex tunc*), o que é de todo absurdo!

Por fim, não é demais lembrar que a parte autora sequer impugnou administrativamente a adjudicação dos objetos dos lotes 03 e 04 às empresas vencedoras.

Nestes termos, pede deferimento.  
Brasília, 6 de maio de 2013.

  
**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF 29.190



21ª VARA/DF
Fl. <u>667</u>
Rubrica: <u>EF</u>

PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS

DECISÃO Nº 285 /2013

PROCESSO Nº 16170-13.2013.4.01.3400

CLASSE 1900

AUTORA

:CONSÓRCIO METROPOLITANO e outro

ADVOGADO

:Dr. Valter Ferreira Xavier Filho e outros

RÉ

:UNIÃO FEDERAL e outro

DECISÃO

Em petição acostada às fls. 619/620 os autores noticiam que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão deste Juízo proferida em 8 de abril de 2013 (fls. 423/425v), porquanto teria celebrado em 26 de abril de 2013 os Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013 referentes aos Lotes 3 e 4 da Concorrência Pública nº 1/2011 – STPC/DF, sem analisar as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano nos referidos lotes.

Por meio do despacho de fl. 638 os réus foram instados a se manifestar sobre o alegado descumprimento de ordem judicial.

Em resposta a União afirma que, de sua parte, cumpriu fielmente a decisão desde Juízo (fls. 648/650).

O Distrito Federal, por sua vez, afirma que não há que se falar em descumprimento de ordem judicial, pois quando foi intimado da decisão apenas o Lote 1 pendia de análise das propostas. Segundo alega, os Lotes 3 e 4 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras (fls. 662/665).

Em que pese as alegações constantes da petição de fls. 662/665, observo que o Distrito Federal não cumpriu a ordem deste Juízo vazada nos seguintes termos: ***"Determino, ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da***

decisão proferida em 8 de abril de 2013.

Destaco, por fim, que em consulta processual ao site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região constatei que o Agravo de Instrumento nº 0023623-74.2013.4.01.0000 interposto pela União Federal contra a decisão deste Juízo encontra-se aguardando decisão quanto ao pedido de efeito suspensivo.


Assim, observa-se que a decisão que antecipou os efeitos da tutela (fls. 423/425v) se encontra em pleno vigor.

Ante o exposto, determino nova intimação do Distrito Federal, **com urgência**, para que cumpra integralmente a determinação contida na decisão de fls. 423/425v), ou seja, ***mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano (Lotes 1, 3 e 4), receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital, sob pena de imposição de multa por descumprimento de ordem judicial.***

**Tendo em vista que o Distrito Federal não analisou as propostas apresentadas pelo Consórcio autor e prosseguiu na licitação relativamente aos Lotes 3 e 4 descumprindo a decisão deste Juízo, determino a imediata suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, conforme requerido às fls. 619/620.**

Intimem-se.

Brasília-DF, 20 de maio de 2013.

  
HAMILTON DE SÁ DANTAS  
JUIZ FEDERAL TITULAR DA 21ª VARA